

# OS PERÍODOS DO ESPAÇO

CHRISTIAN GRATALOUP\*

Universidade de Paris VII

No início de qualquer Atlas, uma determinada prancha localiza todas as demais pranchas do volume. Trata-se de uma ferramenta técnica, uma espécie de sumário cartografado, ao qual, em geral, só se atribui uma atenção prática. Entretanto, ela revela de forma crua uma série de coisas: quais são os espaços retidos – e, portanto, por negação, quais são as partes do mundo negligenciadas, quais são os enquadramentos considerados pertinentes dos territórios colocados em cena – e assim, portanto, em função do formato da obra, quais são as escalas consideradas pertinentes para a informação e a reflexão. Na continuidade da superfície terrestre são feitos cortes, recortam-se as unidades espaciais que se julga mais adequadas para analisar os territórios que interessam ao leitor do Atlas. De modo simétrico, aparentemente poderíamos dizer que o sumário de uma obra diacrônica propõe uma periodização mais ou menos explícita. Em todo caso, trata-se de um esforço intelectual, uma operação de transferência do contínuo espacial ou temporal para um conjunto de unidades discretas, descontínuas. Passar do homogêneo ao heterogêneo, do contínuo ao discreto, apresenta-se pois como uma coerção necessária à inteligibilidade – mas uma obrigação sobre a qual posteriormente não deixaremos de retornar, valorizando as ultrapassagens de limites assim traçados, as continuidades. As linhas de descontinuidade, as fronteiras lineares também se tornam margens dotadas de uma certa espessura que, por sua vez, podem ser consideradas como espaços ou períodos dignos de consideração.

Observemos que a prancha-sumário de um Atlas raramente propõe um quebra-cabeças de unidades conjuntas de mesma escala gráfica, lado a lado, mas que diversas das pranchas propostas se recortam e/ou se encaixam. O mesmo ocorre

---

\* Christian Grataloup é geógrafo, professor da Universidade Paris VII – Denis Diderot e pesquisador na UMR 8504 Géographie Cités. Artigo publicado sob o título “Les périodes de l’espace” na revista *Espaces Temps* n. 82-83, 2003, p. 80-86. Gentilmente traduzido por Teresa Leon, com revisão técnica de Rogério Haesbaert.

com as periodizações, que raramente se limitam a pavimentar o tempo sem imbricação, sem solução de continuidade nem inclusão. Em todos esses casos, passa-se, não sem que haja relação entre ambas, da escala no sentido cartográfico, a expressão de uma métrica, às inter-relações entre níveis sociais.

Em 1992 eu havia escrito um texto intitulado “As regiões do tempo”. Tratava-se de contribuir, como geógrafo, para uma reflexão histórica sobre a periodização (GRATALOUP, 1991), transpondo a reflexão da minha disciplina sobre a noção da região para a reflexão sobre a noção de período. Não se trata verdadeiramente, ou não se trata apenas, de tentar aqui a operação inversa, mas de esboçar uma reflexão sobre a descontinuidade geográfica do tempo social e, desta forma, mostrar a interdependência destes dois recortes.

### Os períodos são regiões

O que é a Antigüidade? *A priori* é um período, uma noção imaginada no Renascimento para designar o momento de referência anterior aos tempos obscuros, idade logo qualificada como “média”. Este modelo cíclico (civilização, barbárie, retorno à civilização) é uma perspectiva sempre eficaz num combate para modificar o presente.<sup>1</sup> Este artigo não tem como ambição retomar a crítica deste modelo aplicado à história européia; o obscurantismo medieval há muito tempo foi “iluminado”. Também não se trata de discutir os limites temporais da Antigüidade: aceitemo-los, ao menos provisoriamente, na sua acepção mais clássica, a do surgimento da escrita na queda do Império Romano do Ocidente (476, deposição do último Imperador, Rômulo Augusto, por Odoacro). Qual é então a área geográfica antiga? A Antigüidade dita “clássica”, Roma e Grécia, não traz maiores problemas, pois continuamos às margens do *Mare nostrum*. A questão torna-se mais delicada quando nos indagamos se as civilizações do Oriente Próximo estão incluídas na Antigüidade. Geralmente a resposta é afirmativa no âmbito de um encadeamento genético da Mesopotâmia ao Egito, passando pelos Hebreus, da Fenícia à Grécia... Observemos que se trata igualmente de um deslocamento espacial, também monolinar, que parte do Crescente fértil para chegar até nós. A evidente subjetividade civilizacional contextualiza o fluxo dos limites: da aurora da Civilização, processo único, à gênese do Ocidente, o fio condutor está traçado. O itinerário é o de uma difusão, mas segundo um caminho único, aquele que foi cartografado por uma visão evolucionista que só pode ser única (GRATALOUP, 2000).

---

<sup>1</sup> Um bom exemplo nos é dado pela desconstrução/reconstrução da história italiana, operada pela *Legha del Norte*, onde o modelo se torna uma alternância entre o bem (= o suposto federalismo, dos Celtas, das cidades-estado medievais) e o mal (= o centralismo, do império romano, de Napoleão e, sobretudo, do Ressurgimento) (AVANZA, 2003).

A partir daí, a utilização do conceito de Antigüidade é necessária e insuficiente. Sem outra grade de leitura implícita, para denominar um momento antigo discernido na evolução longa de uma área cultural, somos tentados a falar de Antigüidade (chinesa, andina, negro-africana, indiana...). Mas isto pressupõe uma conceitualização subjacente do modelo de evolução que não só não se adapta de forma alguma às diferentes especificidades das dinâmicas das sociedades não européias, como também só funcionam verdadeiramente se “situarmos” os casos num eixo temporal teórico<sup>2</sup>. É correto o que o vocabulário corrente veiculou durante um longo tempo, através de fórmulas de avanço ou de atraso, sem que o modelo realmente se esgotasse (exceto nos esquemas econômicos macro-temporais como o de Rostow, inaugurando a famosa “arrancada” [*take-off*]<sup>3</sup>).

Existe portanto um outro uso da noção de Antigüidade, longe do Mediterrâneo: simplesmente o sincronismo natural. Por um processo de imanência cronológica, trazemos a história mundial para a história da gênese da Europa – o que é bem mais sedutor, é verdade, do que a idéia de que teria sido a Europa que iniciou o Mundo, porém ulteriormente. Quando um fato pode ser colocado dentro dos limites do tempo terrestre correspondente aos limites da Antigüidade (entre 3000 A.C. e 500 D.C., aproximadamente), mesmo que isso se passe na China ou na América, tratamos de situá-lo dentro desse período. A questão do sincronismo freqüentemente fascina; assim, Robert Bonnaud realizou no *Atlas Historique* dirigido por Pierre Vidal Naquet, uma página dupla bastante estranha, que se situa numa antiga tradição intelectual: no século V A.C. (se aceitarmos como universal tal enquadramento cronológico), viveram, simultaneamente, Sócrates, Buda, Confúcio e, alguns anos mais tarde, Zoroastro (VIDAL-NAQUET e BERTIN, 1987:48-49)<sup>4</sup>. Daí a pensar numa “reviravolta” da História, há um delicado salto intelectual. Seria necessário supor a existência de uma interação ideal entre os locais onde viveram esses personagens históricos; isso não é totalmente absurdo, na medida em que o mundo antigo, do Mediterrâneo às planícies setentrionais chinesas, era percorrido há milênios, pelas correntes de trocas. Entretanto, isso significa andar um pouco rápido demais em termos de sincronia, não levar em conta as distâncias, tanto de comunicação como

<sup>2</sup> Por exemplo Pierre Chaunu (1969) adiantou que a China teria 2000 anos de atraso em relação ao Ocidente e que, portanto, no século XVI estaria no período “helenístico”.

<sup>3</sup> Os modelos evolucionistas são freqüentemente identificados pela expressão “em vias de desenvolvimento”, “país emergente”... (cf. *Tiers-Monde: faim de théorie, Espace-Temps* n° 36, 1987) e subentendem as lógicas de recuperação cujos melhores exemplos nos são dados pelos planos sucessivos do FMI para os países “em transição”, tanto para levá-los a endividar-se, nos anos 70, como também, posteriormente, para praticar a “estabilização”.

<sup>4</sup> A idéia de “período axial da história humana” foi lançado por Lewis Mumford e Karl Jaspers: Robert Bonnaud retoma essa idéia aqui e denomina o período compreendido entre o final do século VI até o século III A.C. como “As Luzes Mundiais”.

de adaptação, de transformação em contextos societários muito diversos. Mas a fascinação pode ir mais longe, uma vez que Bonnot incluiu outros acontecimentos nessa simultaneidade: tudo bem quanto ao segundo Isaías ou ao código romano das Doze Tábuas, mas parece difícil integrar os Olmecas numa interação qualquer. Assim, só restam dois determinismos possíveis: o velho e bom “determinismo geográfico”: as condições do meio natural, terrestre, até mesmo além, produzem esses acontecimentos sociais – o que ninguém se arriscaria a sustentar, nem mesmo Jared Diamond (DIAMOND, 2000), ou isso estaria inscrito no programa genético comum, uma vez que a difusão do *homo sapiens* particularmente na América, é suficientemente recente para que mutações aleatórias não tenham modificado demais o programa. Evidentemente, tudo isso não é muito sério<sup>5</sup>, mas fica implícito em várias escolhas de colocação em ordem dos tempos antigos.

Então, onde está a Antigüidade? Permanece sendo prudente restringir o alcance espacial desse recorte temporal ao contorno do Mediterrâneo. Poderíamos, com muita legitimidade, discutir os limites desse “contorno”, mas isso nos levaria longe demais, e só discutiremos portanto os limites temporais habituais dos mapas da Antigüidade. Observemos que a questão é constantemente truncada por todos os tipos de escolhas de enquadramento dos mapas dos Atlas históricos: o mundo mediterrânico com uma extensão oriental que ia até os montes Zagros. Eu defenderia de boa vontade a hipótese de que o recorte de uma “Antigüidade” deriva simplesmente da herança do Império Romano: constitui uma imanência temporal da sua duração espacial. Mas, sem chegar a esse ponto, pode-se considerar essa noção tanto como uma região quanto como um período e o próprio nome como um topônimo; esta é a razão pela qual tomei cuidado, quando não se tratava de um conceito latente, de considerá-lo como um nome próprio, dotado de letra maiúscula.

Qualquer análise do período-região antiga poderia igualmente aplicar-se à Idade Média. Sempre evitando comover-se com os limites temporais (Antigüidade tardia ou Alta Idade Média, Outono ou Primeiro Renascimento), indaguemo-nos onde tal periodização pode ter qualquer pertinência. Não sairemos além do pequeno cabo ocidental da Ásia. Ocorre que falamos da Idade Média para sociedades não europeias, mas, seja que se trate de mundos estreitamente em contato com a cristandade latina (como o “Islã medieval”), seja que tenhamos em mente um tipo de estrutura social, seria mais justo classificar como feudal ao invés de medieval

---

<sup>5</sup> Entretanto, optei por um autor totalmente estimável, que não recua diante da questão da teorização do tempo histórico (BONNAUD, 1989) e com o qual *Espaces Temps* havia publicado uma entrevista: “Robert Bonnaud, le porteur de l’histoire” n° 53/54, p. 91-101)

(freqüentemente esse é o caso na história do Japão)<sup>6</sup>. A menos então que nos situemos numa reflexão evolucionista, falar de Idade Média européia permanece sendo um pleonasma.

Portanto, até o início de um nível mundial, a partir do século XVI, só existe periodização num âmbito espacial limitado. Certamente essa constatação desemboca em duas indagações. Primeiramente, isso pressupõe uma geografia das Histórias: por que este percurso e não aquele outro? Por outro lado, a mudança de escala da mundialização beirando o início dos tempos modernos coloca em evidência a historicidade dessa própria geografia: o número de áreas temporais e seus níveis escalares varia. O mesmo ocorre com os enquadramentos dos Atlas históricos que se deslocam: o exemplo mais evidente é a passagem de uma cartografia da Antigüidade, centrada no Mediterrâneo, para as representações do mundo medieval, centradas na Europa<sup>7</sup>. Os recortes espaciais só têm pertinência no âmbito de limites cronológicos particulares – e reciprocamente. Pensar ou classificar permanece sendo sempre uma tarefa delicada.

### Aporia Quai de Branly (de Lamarck a Cuvier)

O futuro museu das “primeiras artes”, comumente denominado de “Quai de Branly”, pelas escolhas que o organizam, representa uma clara ruptura com seu predecessor, o Museu do Homem. Quando este último foi inaugurado, em 1937, havia sido concebido segundo o paradigma evolucionista então dominante. Assim, integrava num mesmo movimento a antropologia física, a pré-história e a etnologia dos “primitivos”. Essa integração dos povos supunha que eles haviam sido percebidos como o vínculo, o elo perdido, entre o homem pré-histórico e o homem moderno. Este último havia sido excluído desse percurso museográfico: ao mesmo tempo era criado o Museu das Artes e Tradições Populares sem que se estabelecesse nenhuma

<sup>6</sup> Assim, a terceira parte da “Histoire du Japon” dirigida por Francine Herail (HERAIL, 1990) sem dúvida a melhor história geral de Nippon atualmente em francês, intitula-se simplesmente “A Idade Média”; aliás ela foi precedida de “A Época antiga” e seguida de “Época Moderna”... A questão da similitude da organização temporal nas duas extremidades da Eurásia já havia sido levantada por Marc Bloch (BLOCH, 1939).

<sup>7</sup> A rigor, os topônimos só deveriam ser usados quando a sociedade à qual eles correspondem tem uma realidade efetiva. É assim que Jean Guillaîne havia intitulado de modo muito justo uma obra a respeito do período neolítico pré-gaulês

*La France avant la France* (GUILLAINÉ, 1980). Parece-me que não podemos falar de Europa antes da Idade Média (teríamos que haver-nos com “a Europa antes da Europa”), senão corresponderia a tomar como um fato natural realidades historicamente datadas. Evidentemente, isso não simplifica as descrições de localizações!

relação entre ambas as instituições. Evidentemente, não saberíamos censurar os criadores do Museu do Homem por terem uma visão que muito mais tarde será julgada redutora, eurocentrada e monolinar: o progressismo intelectual (e político, como será testemunha a rede denominada “O Museu do Homem”, pouco depois, sob a Ocupação nazista) evidenciado na equipe fundadora.

Mas essa perspectiva evolucionista, que animava o pensamento do tempo da vida, incluindo as sociedades, pelo menos desde o século XVIII, não fica bem atualmente (o próprio termo “progressista” que acabamos de utilizar já é considerado obsoleto). François Hérítier, no segundo volume de *Masculin/Féminin*<sup>8</sup>, toma partido, com muito respeito – *O segundo sexo*, ressaltando a perspectiva monolinar que a organiza. Sintoma dessa reviravolta, não sabemos mais como denominar as sociedades que, em 1937, não tínhamos o menor escrúpulo de classificar como primitivas. A expressão “os primeiros povos” aparece igualmente inscrita num modelo de evolução. Aliás, esse uso é um americanismo, extensão do uso politicamente correto de designar os ameríndios como “os primeiros” nos Estados Unidos, no sentido dos mais antigos ocupantes do solo, anteriores aos europeus ou a outros povos que foram trazidos à força ou atraídos por sua prosperidade<sup>9</sup>. Mas essa anterioridade de ocupação não pressupõe posição alguma numa evolução. “Povos sem escrita” permanece sendo uma expressão privativa, correndo o risco de, rapidamente, ser interpretada como um estágio. Enfim, eles não são todos caçadores-coletores.

Se não sabemos nomear, é porque efetivamente não sabemos pensar fora de uma grade temporal. Ora, a museografia coloca em cena no espaço uma ordem intelectual. Uma vez que não pode mais se apoiar sobre uma filosofia da História, resta apenas o recorte espacial do Mundo. “As quatro grandes áreas geográficas – a Oceania, a Ásia, a África e a América – serão apresentadas na galeria de referência. Esta será permanente.”<sup>10</sup>. À falta de história, tornamo-nos então geógrafos. Mas se trata apenas de passar de uma grade eurocêntrica para outra. O caminho que levava “do homem das cavernas” ao Ocidente industrial propunha recortes por períodos (para uma visão antropológica: pré-história, neolítico, Estado,

<sup>8</sup> Françoise Hérítier, *Masculin/Féminin II Dissoudre la hiérarchie*, Paris: Odile Jacob, 2002 (1ª parte, capítulo IV: “Le point d’aveuglement de Simone de Beauvoir. Après la Révolution néolithique...”, p. 99-120).

<sup>9</sup> Aliás, a generalização desse conceito local de primeiros ocupantes não ocorre sem ser politicamente inquietante.

<sup>10</sup> Entrevista com o etnólogo Emanuel Desvaux, diretor de pesquisa e ensino do museu do Quai Branly, publicado em *Le Monde* (terça-feira, 19 de março de 2002, sob o título “O Museu do Quai Branly rejeita Darwin”). A seqüência da entrevista merece ser citada com relação à questão da taxonomia das sociedades: “A Europa é excluída por razões práticas: a profundidade histórica da documentação disponível poria em risco o equilíbrio do conjunto”.

escrita, indústria) que não subsistem mais. Ora, as partes do mundo são tanto um produto histórico europeu quanto os “quatro antigos” períodos<sup>11</sup>. O ardil do percurso geográfico se oculta na sua naturalização, que lhe dá uma aparência de falsa neutralidade<sup>12</sup>. As *noções* de África ou de Ásia, *a fortiori* de Oceania, não são mais exteriores ao mundo dos homens que aquelas de Antigüidade ou de Idade-Média. Se o nível geográfico mundial tivesse sido produzido por outra sociedade que não a Europa, se as grandes descobertas chinesas no início do século XV, feitas por Zeng He, por exemplo, tivessem prosseguido, todo o pensamento sobre o tempo, mas também sobre o espaço, teriam sido profundamente diferentes.

Embora os planisférios mais comuns sugiram implicitamente que o meridiano de origem possua essa qualidade por estar no meio, de boa vontade poderíamos estar de acordo com a idéia de que não existe centro geométrico na superfície de uma esfera. Assim, o meridiano de Greenwich parece adequado ao que ele é: o simétrico espacial de nosso ano de origem do calendário de origem cristã. Mas a similitude evocada acima entre períodos e continentes nos atinge muito menos, de tanto que estamos habituados a considerar as grandes partes do mundo como grandes ilhas, como fatos da natureza e não uma extrapolação dos mapas mundi medievais. “T em O”, cujo centro, Jerusalém, atribui três partes para os três filhos de Noé. Que tenham se tornado quatro em 1507, depois 5 em 1814 com a criação da categoria antimônica de *Oceania*, espécie de cata migalhas dos órfãos do continente antipódico desaparecido do pensamento do globo e dos planisférios no século XVIII, isso não muda a lógica inicial, mas contribui vivamente para reforçar sua naturalização. Com efeito, a introdução da América na lista a dota da única verdadeira descontinuidade entre as sociedades. A ruptura entre a história dos Ameríndios e a dos Eurásiafricanos (perdoem-me o termo confuso, que tem apenas a intenção de encontrar uma denominação adequada ao conjunto dos habitantes do Mundo Antigo) é incontestável, da transmissão flandriana a Colombo. Essa enorme solução de continuidade se apóia numa descontinuidade bem natural, a abertura, sempre ativa, do Atlântico desde a era cretácea. Portanto, se vivemos sempre, ainda que apenas nas instituições universitárias de história, na periodização dos humanistas, nosso recorte do mundo é medieval; as porções reunidas nas duas classificações não modificam a lógica geral. Por detrás da louvável vontade de representar a pluralidade das culturas expostas no Quai de Branly, voltamos a cair num recorte bem fixista das formas de viver em sociedade: de Lamarck voltamos a Cuvier.

<sup>11</sup> Christian Grataloup, “Des ombres sur la figure du Monde”, *Bulletin de la Société géographique de Liège*, vol. 42, p. 5-17, 2002.

<sup>12</sup> Christian Grataloup “La violence de la géographie”, in *Nazisme, Vichy, conflits coloniaux et ethniques. Transmissão dos saberes e responsabilidades das Universidades*, Paris, Syllepse, p. 53-64.

## Mundialização epistemológica e tempo escalar

Em 1984, na obra *L'idéal et le matériel*, Maurice Gaudelier apelava para a conceitualização de um evolucionismo multilinear. A expressão pode hoje parecer antiquada e deveria ser colocada no museu das tentativas desesperadas de salvar as “Grandes narrativas”. Entretanto, qualquer que seja a sua formulação, dificilmente poderemos escapar de uma lógica de classificação/pensamento. Como vimos no Quai de Branly, não assumir uma lógica geral significa submeter-se a outra, implícita. Num momento em que grassam os anátemas de obscurantismos contra outros, todos constituindo discursos de uma temporalidade pobremente linear, em interação com os recortes huttingtonianos<sup>13</sup>, separando os homens, provavelmente faz-se necessário não contribuir para o clima de guerra civil mundial através de um relativismo generalizado.

Portanto, enfrentar a complexidade significa levar em conta as descontinuidades espaciais e as descontinuidades temporais das sociedades como um problema único. Não falemos mais de regiões primeiras, nas quais se ordenariam as cronologias paralelas e períodos gerais aplicáveis para todas as partes, mas conforme ritmos regionais diferentes. Contrariamente ao que os geógrafos afirmaram durante muito tempo, que se apropriaram como um marcador disciplinar, a noção de escala é totalmente interdisciplinar<sup>14</sup>. Se as sociedades ao mesmo tempo sofrem e criam as distâncias (as da “insociável sociabilidade”), elas produzem simultaneamente a polifonia, ou melhor, sistemas espaço-temporais. Durante muito, muito tempo, a difusão da espécie humana, sua capacidade progressiva de sobreviver em praticamente todos os ambientes, multiplicaram os fracionamentos entre as sociedades. É a lógica de Babel: o domínio da distância entre os homens era muito inferior a seu afastamento. O tempo, então, não é o mesmo numa posição, num momento central, como ele é na periferia. Mas nessa variedade de processos de reprodução/evolução das sociedades, nessa geografia das temporalidades, existem vários outros elementos de variação no domínio da distância. A história das técnicas de transporte, seu “progresso”, é um coeficiente essencial, mas existem outros, mesmo o crescimento demográfico produtor de novas contigüidades. Desse fato, ali onde a separação ressaltava um determinado momento, a continuidade pôde aparecer. A história do Atlântico, que de ruptura total tornou-se em três séculos um espaço de relações vivas entre suas duas margens, seria um grande exemplo. Mas

---

<sup>13</sup> O autor se refere aqui à divisão estanque do mundo em grandes civilizações proposta por Samuel Huntington em sua obra “O choque de civilizações”. (nota do revisor)

<sup>14</sup> Christian Grataloup, “Les niveaux didactiques de l'échelle géographique”, in *Micro/macro*, Paris: PUF, coll. “Science, histoire et société”, 2004.



a criação de um tal espaço supôs a subordinação da temporalidade ameríndia pela européia. A mudança de escala foi também temporal.

Sem que se trate de uma transferência de modelo, a análise das relações de força entre níveis espaciais, as imanências e as transcendências que podemos desvelar entre patamares da escala geográfica<sup>15</sup> (por exemplo, na integração européia contemporânea) descreve as interações também temporais. A oposição que está na moda há uma dezena de anos entre os capitalismo “renano” e “anglo-saxão” nos dá uma imagem pobre mas pedagógica dos conflitos entre ritmos sociais não apenas localizados diferentemente na superfície da Terra, mas igualmente na escala das sociedades: o “modelo renano” se vendo mal – sabemos que, desde sua conceitualização, sucumbiu amplamente – com o nível mundial tão “anglo-saxão”. De modo mais geral, a maioria dos impérios, desde Alexandre até os espaços coloniais dos séculos XIX-XX, geraram esse jogo de integração relativa, de submissão mas também de exploração dos diferenciais diacrônicos. O sistema-Mundo atual se nutre amplamente disso.

E esse Mundo não é mais forçosamente centrado no Ocidente; e o será cada vez menos. As discontinuidades que nos servem para formular a visão que temos representam uma herança cada vez mais obsoleta. As velhas partes do mundo não são mais as regiões do mundo contemporâneo, assim como as periodizações tradicionais não dão mais conta de uma dinâmica universal. Apesar das divisões acadêmicas, necessariamente muito locais, que freiam a história do ecúmeno (ou, se preferirmos, a geografia das diacronias), devemos contribuir para a colocação em perspectiva(s) de todo o conjunto das sociedades.

### OS PERÍODOS DO ESPAÇO

**Resumo:** Os limites traçados na superfície da Terra pelas sociedades constituem objetos históricos. Não há nenhuma dúvida disso com relação às fronteiras, mas o mesmo também ocorre com os pequenos ou grandes conjuntos submetidos à ação da natureza, como os continentes. De modo recíproco, os recortes temporais, os períodos, que colocam ordem nos passados, só têm pertinência num determinado espaço delimitado da sociedade. Para qualquer tipo de periodização é necessário dizer a que local ela se aplica, da mesma forma que para toda delimitação de uma área também é necessário precisar quais são seus marcos cronológicos. É impossível falar de uma era sem área – e vice-versa.

**Palavras-chave:** periodização – regionalização

### THE PERIODS OF SPACE

**Abstract:** The limits drawn on the surface of the Earth by societies are territorial objects. No doubt for frontiers, but it is the same for big or small unities built by nature such as the continents. On the other hand, the temporal structures, the periods which set an order in the

<sup>15</sup> Jacques Lévy, *Le tournant géographique. Penser l'espace pour lire le monde*, Paris: Belin, 1999.

pasts, are judicious only for a delimited society. To define a period, we must say at what place it applies to, as we must also specify what are the chronological limits of an area. No era without area – and vice versa.

**Keywords:** periodization - regionalization

## BIBLIOGRAFIA

- AVANZA, M. 2003. Une histoire pour la Padanie. La Ligue du Nord et l'usage politique du passé. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, ano 58, n. 1, jan-fev., p. 85-134.
- BLOCH, M. 1939. O feudalismo como tipo social (cap. III-1). *La société féodale*. Paris: Albin Michel.
- BONNAUD, R. 1989. *Le système de l'histoire*. Paris: Fayard.
- CHAUNU, P. 1969. *Conquête et exploitation dès nouveaux mondes*. Paris: PUF (Col. Nouvelle Clio).
- DIAMOND, J. 2000. *De l'inégalité parmi les sociétés. Essai sur l'homme et l'environnement dans l'histoire*. Paris: Gallimard.
- GRATALOUP, C. 1991. Les régions du temps. In : *Périodes. La construction du temps historique*. Paris : Ed da l'EHESS e Histoire au présent, p. 157-173.
- \_\_\_\_\_. 2000. L'individu géographique. In : Lévy, J. e Lussault, M. *Logique de l'espace, esprit des lieux. Géographie à Cerisy*. Paris: Belin (col. Mappemonde), p. 57-68.
- GUILLAINÉ, J. 1980. *La France avant la France*. Paris: Hachette.
- HERAIL, F. (org.) 1990. *Histoire du Japon*. Paris: Horvarth.
- VIDAL-NAQUET, P. e BERTIN, J. (orgs.) 1987. "Les philosophes et les sages". In: *Atlas Historique. Histoire de l'humanité*. Paris: Hachette.